

Mtur libera recursos para obras no Piauí em 2010

por Renée Marie

O Ministério do Turismo liberou a primeira etapa dos recursos para a execução de seis obras estruturantes para o Turismo no Piauí. As obras contempladas são: a Urbanização e Implementação de Equipamentos Turísticos na área central de Coronel José Dias e a construção de uma Praça de Eventos no município; a estruturação turística da Avenida Orla do Rio São Nicolau, em Santa Cruz dos Milagres; implantação da Praça de Pescadores e do Terminal Turístico de Barra Grande e a Urbanização da Orla da Praia de Mangue Seco, em Luís Correia. O investimento autorizado, em 2010, pelo Ministério do Turismo, para a realização dessas seis obras soma R\$ 4.141.265,30.

A liberação dos recursos só foi possível porque a Setur vem apresentando projetos no tempo hábil e seguindo todos os trâmites exigidos pelo Governo Federal. Todos os projetos já estão prontos e os licenciamentos ambientais estão sendo providenciados junto aos órgãos competentes. Essa primeira etapa de liberação de recurso pelo Ministério é importante porque autoriza o encaminhamento dos processos licitatórios.

A previsão da Comissão de Licitação da Secretaria do Turismo do Piauí é que até o início de março os editais destas obras sejam lançados, prazo também para que as contrapartidas Estaduais sejam liberadas.

Confira o valor total de cada obra:

- Urbanização e Implementação de Equipamentos Turísticos na área Central de Coronel José Dias - R\$ 894.958,70

- Construção de uma Praça de Eventos em Coronel José Dias - R\$ 504.115,93

- Estruturação turística da Avenida Orla do Rio São Nicolau em Santa Cruz dos Milagres R\$ 1.295.281,00

- Implantação da Praça de Pescadores e do Terminal Turístico de Barra Grande - R\$ 561.303,09

- Urbanização da Orla da Praia de Mangue Seco em Luís Correia R\$ 885.606,75

Licença maternidade de 6 meses já beneficiou 300 servidoras

por Geneide Santos

Em vigor desde 2007, a licença maternidade de seis meses já beneficiou 300 servidoras estaduais, a maioria nas Secretarias da Educação e Saúde. A mudança de 120 dias para 180 foi determinada pela lei complementar 84. Alteração também ocorreu no serviço público federal e as empresas privadas que aderirem à prorrogação, através do Programa Empresa Cidadã, terão incentivo fiscal.

No Estado, o maior número de beneficiadas foi na Educação com 150 mulheres e na Saúde, 100 pessoas. Segundo dados da Sociedade Brasileira de Pediatria, a amamentação regular, por seis meses, reduz 17 vezes as chances de a criança contrair pneumonia, 5,4 vezes a possibilidade de anemia e 2,5 vezes a ameaça de crises de diarreia, doenças comuns em crianças menores de um ano.

No setor privado, as empregadas de empresas que aderirem ao Programa Empresa Cidadã terão os quatro meses da licença pagos pelo INSS e os dois meses restantes pelo empregador. Nesse período não podem exercer atividade remunerada e a criança não pode ficar em creche e elas recebem a remuneração integral. O benefício vale também para as mães adotivas.